

Ilus-tras tina-s apre-li

FOLHA DE S. PAULO
DOMINGO, 4 DE JANEIRO DE 2026 B1

Em busca de vestígios na floresta

Reportagem narra como trabalham indigenistas
que procuram pistas de povos isolados
em áreas remotas da Amazônia B4

Atxu Marimã, indígena da etnia isolada hi-merimã que trabalha como guia nas
expedições de monitoramento da Funai Rogério Assis/Pulitzer Center



Sherlocks da floresta

[RESUMO] Em reportagem produzida com apoio da Rede de Investigações sobre Florestas Tropicais, do Pulitzer Center, autor narra expedição a acampamento deixado por indígenas isolados do Mamoriá Grande, da região do Médio Purus, no sul do Amazonas, e documenta o trabalho de indigenistas que levantam informações a partir de vestígios de grupos que se refugiam em áreas remotas da Amazônia para escapar de doenças e massacres

Por **Leão Serva**

Jornalista, ex-secretário de Redação (1988-1992) da Folha. Pesquisador de pós-doutorado em antropologia na USP

Fotos **Rogério Assis**

Fotógrafo, autor de "Zoé" (Terceiro Nome, 2013) e "Mato?" (Olhavê, 2016).

Caminhando na floresta densa em uma das áreas mais preservadas da Amazônia, o homem à minha frente, à medida que andamos, vai indicando as marcas do percurso: uma “quebrada” de um lado da picada; pouco adiante, mais uma do outro lado; em uma sucessão alternada, um sinal de cada lado aponta o caminho, como se fosse um “guard rail”. Na hora de mudar a rota, um grave-to quebrado mais ostensivamente mostra a direção a seguir.

Logo o guia aponta para uma “tirada” de envira e outra de caripé à frente, revelando que está próximo o nosso destino, o acampamento deixado pelos indígenas isolados do Mamoriá Grande, grupo que habita a Reserva Extrativista

do Médio Purus, que, em 2026, poderá ser delimitada pela presidência da Funai (Fundação Nacional dos Povos Indígenas) como Terra Indígena Mamoriá Grande, um processo que depois será encaminhado ao Ministério da Justiça e à Presidência da República para demarcação, como determinou o STF (Supremo Tribunal Federal).

“No fundo do mato-virgem”, como diz “Macunaíma” (1928), a floresta amazônica não existe e o “mato” não é virgem há dezenas de milhares de anos. Antes da chegada dos europeus, era lar de milhões de pessoas, grande parte dizimada por pandemias trazidas da Europa logo no primeiro século depois que Pedro Álvares Cabral chegou à Bahia.

As marcações dos caminhos são como sofisticados sinais de trânsito. Quebradas, galhos ou arbustos dobrados à mão na altura da cintura de um homem adulto indicam o limite de um caminho, como uma cerca.

Tiradas são as marcas de cascas de árvores retiradas para usos diversos: da envira fazem corda, e as cinzas da casca do caripé são misturadas à argila para fazer vasos e panelas mais duros. Os restos de fogareiros e alimentos e as marcas de acampamentos de caça são sinais deixados para trás pelos grupos indígenas isolados em sua perambulação pelo território.

A floresta contém também sinais mais agressivos, como uma cruz em forma de

X feita de flechas ou galhos de árvores. Ela quer dizer: “Não avance, você não é bem-vindo”.

Os indigenistas, muitos deles indígenas, como o guia José Lopes Apurinã, leem esses sinais como uma linguagem perfeita, assim como as pegadas de gente e de animais e o tempo em que foram pisadas. Tudo é informação.

Quem assentou o caminho, deixou os sinais nas picadas e frequenta o acampamento que visitamos no sul do estado do Amazonas, na bacia do médio rio Purus, foram os isolados do Mamoriá Grande, que ali tiveram um encontro inesperado com os funcionários da Funai em agosto de 2021.

Continua na pág. B5



Vista aérea de base da Funai, na entrada do rio Mamoriá, que protege a entrada na Terra Indígena Mamoriá Grande Pulitzer Center

Continuação da pág. B4

As expedições de monitoramento, como a que a **Folha** acompanhou, visitam as áreas abandonadas pelo grupo na estação anterior —acampamentos de inverno são visitados no verão— para não encontrá-los e preservar sua opção pelo isolamento.

Nessas visitas, os indigenistas, como Sherlock Holmes da floresta, conseguem censurar a população (pelo número de redes, que deixam marcas de amarração), sua idade (redes grandes para adultos, pequenas para crianças, com um fogareiro por família), sua origem cultural (pelas técnicas de trançado e o estilo dos desenhos nas peças de cerâmica) e os alimentos que preferem (pelos restos).

Até hoje, não é possível saber ao certo quem eles são. Pelos sinais que deixam nos acampamentos, só se sabe que devem ser parte do grupo linguístico arawá, que predomina nessa área. O grupo “flagrado” em 2021 tinha cerca de 60 pessoas. Estima-se que haja outros pequenos grupos perambulando mais ou menos juntos.

Nossa expedição é liderada pelos indigenistas Daniel Cangussu e Lucas Mattos, coordenadores das FPEs (Frentes de Proteção Etnoambiental) Madeira e Purus —antes uma mesma frente e, desde setembro de 2025, atuando separadamente devido a uma reforma administrativa que ampliou os recursos da Funai para proteger gru-

pos isolados e de recente contato. Os dois trabalham há vários anos em frentes de proteção da Funai nessa região.

Cangussu é o autor de “Vestígios da Floresta” (Edições Sesc São Paulo, 2024), que procura dar reconhecimento científico aos saberes tradicionais dos mateiros, usados pelos indigenistas, o que ele chama de ciência mateira.

No prefácio do livro, Sebastião Salgado, que conheceu Cangussu na mesma região do Médio Purus em 2017, destaca que tanto o fotógrafo quanto o mateiro produzem imagens de povos indígenas.

No entanto, se o fotógrafo capta “os reflexos da luz nas coisas”, “o mateiro produz suas conclusões a partir do que não é visível, trabalha quase às cegas e analisa seus objetos através daquilo que não se deixa e não se pode ver”. O fotógrafo escolhe o “que revelar em tantas imagens possíveis”, enquanto ao mateiro cabe “a identificação da presença na ausência”.

As equipes das frentes de proteção têm em seus quadros indígenas de grupos de recente contato. Dessa forma, melhoram o conhecimento da floresta entre os funcionários não indígenas e aumentam a solidariedade entre a equipe e os grupos isolados. É o caso de Atxu Marimã e Mandéi Juma, duas vítimas de tragédias que explicam por que alguns grupos indígenas buscam o refúgio do isolamento no “fundo do mato”.

Nessas visitas, os indigenistas conseguem censurar a população (pelo número de redes, que deixam marcas de amarração), sua idade (redes grandes para adultos, pequenas para crianças, com um fogareiro por família), sua origem cultural (pelas técnicas de trançado e o estilo dos desenhos nas peças de cerâmica) e os alimentos que preferem (pelos restos)

*

Quando os funcionários da Frente de Proteção Madeira-Purus documentaram o encontro com indígenas isolados do Mamoriá Grande em agosto de 2021, a direção da Funai, no governo de Jair Bolsonaro, se recusou a reconhecer a existência do grupo, alegando que seriam indivíduos da etnia hi-merimã que perambulavam pelas regiões vizinhas.

Os vestígios, porém, se materializaram em corpo e alma em fevereiro de 2025, quando um jovem com sinais de fome aguda se aproximou da casa de um ribeirinho não indígena.

“Ele buscou uma comunidade ribeirinha chamada Bela Rosa”, afirma Lucas Mattos, da FPE Purus. “A gente estima que ele foi atrás do fogo. Ainda não sabemos por que eles se apartaram do restante do grupo. Eles são um casal com uma criança pequena.”

O jovem falava uma língua desconhecida, mas fazia sinais claros: tinha nas mãos duas tochas apagadas cujas pontas juntava, como se faz para acender uma na outra. Quando os não indígenas acenderam as tochas com um isqueiro, ele correu para junto da sua família, dentro da floresta, enquanto os ribeirinhos chamavam a Funai. A cena gravada com um celular pode ser encontrada na internet.

Continua na pág. B6

ilustríssimailustrada



Marcas deixadas na floresta pelos indígenas para demarcar os caminhos dentro da Terra Indígena Mamoriá Grande, onde foi realizada expedição acompanhada pela Folha

Sherlocks da floresta

Continuação da pág. B5

Ao contrário do que pensa o senso comum, indígenas não têm facilidade para fazer fogo. Fevereiro no sul do Amazonas é uma época de chuva, e provavelmente o rapaz e a sua mulher deixaram o fogo apagar. Com todos os elementos da natureza molhados pelas chuvas fortes, é virtualmente impossível fazer fogo. A família parecia estar se alimentando de alimentos crus havia cerca de dois meses.

Monitorada a distância pela equipe da FPE Purus, a família ainda vive só. As poucas interações são por gestos: a Funai já levou para lá várias pessoas com domínio das línguas arawá da região, que puderam ouvir e gravar as conversas e concluíram que eles falam uma língua peculiar, que não é próxima do suruwahá ou do jamamadi. Até mesmo Atxu Marimã, que lembra algumas palavras do hi-merimã da sua infância, não reconhece a fala do casal.

*

Nenhum homem é uma ilha, como escreveu o poeta John Donne (1572-1631), mas alguns indígenas optam por viver como pequenos arquipélagos separados de todo e qualquer continente. Escondidos em áreas de floresta, cada vez mais acuados pelas frentes de ocupa-

ção, muitos estão ameaçados de morrer antes mesmo de serem conhecidos pelo Estado brasileiro.

A Funai reconhece hoje o registro de 114 povos indígenas vivendo em isolamento. Há 28 grupos com existência confirmada e, sobre os demais, existem estudos iniciais ou apenas informações não aprofundadas.

O grupo morador do Mamoriá Grande teve a sua existência comprovada em agosto de 2021, quando a equipe da Frente de Proteção Madeira-Purus chegou ao mesmo acampamento que a Folha visitou em novembro, chamado de Poção por estar localizado próximo de um pequeno lago.

Durante uma expedição de reconhecimento da área, os funcionários da Funai fizeram inadvertidamente um acampamento perto dos indígenas. Ao perceber a presença deles, os isolados começaram a gritar e se movimentar, o que fez os indigenistas correrem. Voltaram depois para monitorar o local. Desde 2021, o grupo voltou anualmente ao acampamento, usado em épocas de seca, deixando novas marcas de uso. Segundo as observações da FPE, os isolados do Mamoriá Grande devem ter ainda um ou mais grupos de tamanho semelhante.

Na região do Médio Purus, há outro grupo isolado já confirmado, chamado hi-merimã —antes denominado marimã— e com terra indígena demarcada.

Outro grupo, suruwahá ou zuruahã, é chamado de recente contato e vive em uma espécie de semi-isolamento, a oito horas de barco de um posto permanente da Funai e da Sesai (Secretaria Especial de Saúde Indígena) que monitora seu território, também demarcado oficialmente.

*

Praticamente todos esses povos se encontram no que se chama oficialmente ‘isolamento voluntário’: longe de ignorarem a existência de outras sociedades, eles recusam qualquer interação substancial com elas, especialmente com os ‘brancos’, escreve o antropólogo Eduardo Viveiros de Castro na apresentação do livro “Cercos e Resistências” (Instituto Socioambiental, 2019).

O indigenista Daniel Cangussu prefere usar o termo refugiados. Atual chefe da FPE Madeira, ele explica que o refúgio ou isolamento em áreas mais remotas da floresta é uma resposta a chacinas, massacres e perseguições.

“É essencial desmistificar equívocos que ainda pairam acerca dos povos indígenas isolados da América do Sul. Não se trata de pessoas ou comunidades presas a um passado perdido, ignorantes da existência dos não indígenas. Os povos indígenas isolados são profundos conhecedores dos não indígenas e experimentaram e ainda experimentam momentos de extre-

mo contato.”

Os dois grupos do Médio Purus são exemplares da opção voluntária pelo isolamento: os suruwahás, que preservam a memória do passado em narrativas detalhadas, com nomes e datas, contam ter sofrido diversos massacres entre o final do século 19 e o início do século 20.

Indivíduos da etnia sobreviventes de ataques buscaram abrigo em uma aldeia de mais difícil acesso e longe dos grandes rios. Viveram isolados por cerca de meio século até o contato com missionários religiosos e, depois, com a Funai, na década de 1980. Hoje, são 150 pessoas.

Os hi-merimã, até hoje isolados, viveram um processo semelhante já na segunda metade do século 20. As memórias de outros povos, como os vizinhos jamamadis, indicam que eles se relacionavam com outros grupos até os anos 1940, quando a sua população era estimada em mil pessoas. Vítimas de epidemias e ataques em conflitos por terra, voltaram ao isolamento.

No entanto, há sinais de que mantiveram contatos com vizinhos. O funcionário da Funai Atxu Marimã, 44, único sobrevivente de uma família de dez pessoas que buscou contato com ribeirinhos no final dos anos 1980, conta que o pai era hi-merimã e falava uma língua diferente da mãe, provavelmente jamamadi.

Continua na pág. B7



Igarapé São Benedito, dentro da Terra Indígena Mamoriá Grande

Continuação da pág. B6

*

Romerito Marimã, como é registrado, é Atxu, nome na língua hi-merimã. Ele nasceu isolado, mas, quando tinha cerca de 12 anos, sua família foi vítima de uma sucessão de tragédias: o pai foi atacado por uma onça e, quando a mãe decidiu buscar ajuda de não indígenas, pegaram doenças e vários familiares morreram. A onça atacou o pai quando todos dormiam em um acampamento de pesca.

“Foi um arruaço grande. Acho que a onça ficou com medo e não conseguiu matar ele. Foi só morder e soltou. Aí foi o momento que ele gritou e ela se assustou. A minha mãe já levantou com o grito e a minha tia correu de lá para cá. Aí ele falou: ‘Foi onça!’. Vi o sangue correndo pelo corpo dele, pela cabeça. No outro dia, fui chamar o meu irmão mais velho, que estava em outro lugar. Ficamos lá, para ver se ele se recuperava. Ele melhorou, mas depois comeu carne de anta e piorou. Piorou grande. Não teve mais solução. Já estava cheirando mal. Aí foi o momento que foi abandonado.”

A mãe decidiu buscar a casa de uma família ribeirinha. Eles eram dez pessoas. A mãe e a tia logo ficaram doentes, gripadas. Depois, foram os irmãos. Sobreviveram apenas quatro crianças pequenas, distribuídas por famíli-

as não indígenas. Ele foi registrado como indígena.

Até hoje, ainda se lembra de palavras na língua da infância — o nome dos pais e alguns substantivos. Já adulto, procurou a Funai e se tornou indigenista. Trabalha na Terra Indígena Mamoriá Grande, vizinha à do seu povo.

Seu sonho é evitar que os isolados do Mamoriá Grande peguem as doenças dos não indígenas.

“Meu desejo é proteger. Cuidar bem deles. Não quero que aconteça o que aconteceu comigo e com a minha família. Quero proteger para eles não adoecerem. A gripe é um veneno para quem nunca pegou, como nós no meu passado.”

*

Mandeí Juma é uma das últimas três pessoas do seu povo. Ela e as duas irmãs viram a morte do pai, Aruká, vítima da Covid-19, em 2021.

O povo juma, de língua tupi-guarani, tem tradição patrilinear: o filho herda a cultura do pai.

Aruká era o último homem depois que todos os parentes foram mortos em sucessivos massacres. As três irmãs tiveram maridos da etnia uru-eu-wau-wau, da mesma língua. Seus filhos, segundo a tradição cultural, são uru-eu-wau-wau.

A tradição só não acaba porque vários filhos da nova geração decidiram

Alguns indígenas optam por viver como pequenos arquipélagos separados de todo e qualquer continente. Escondidos em áreas de floresta, cada vez mais acuados pelas frentes de ocupação, muitos estão ameaçados de morrer antes mesmo de serem conhecidos pelo Estado brasileiro. A Funai reconhece hoje o registro de 114 povos indígenas vivendo em isolamento

adotar a cultura das mães e buscam re- vigorar a memória cultural como forma de manter viva a tradição do avô.

Logo que o pai morreu, Mandeí decidiu trabalhar na FPE que cuida da sua região, em torno do município de Lábrea, no Amazonas. É a única indigenista mulher e diz que a sua missão é evitar massacres semelhantes aos que destruíram o seu povo.

“Desde pequena, a gente viu o povo da gente ser massacrado. A gente ouvia que tem isolados com risco de passar o que a gente passou. Aí eu queria, se pudesse salvar esses isolados, salvar para não chegar a invasão, massacrar eles, acabar com eles”, diz.

A memória do seu povo é uma longa história de massacres. No século 18, os jumas eram cerca de 15 mil pessoas. Ao longo do século 20, enfrentaram diversas frentes de ocupação e sofreram ataques atrás de ataques.

“Meu pai sofreu massacre, nem uma vez, nem duas vezes não. Foram várias vezes que ele sofreu massacre. Ele contava para a gente as coisas que vinham acontecendo. No último ataque, os caçadores brancos seguiram ele até a aldeia e mataram todas as pessoas que encontraram.” Isso ocorreu em 1964. Sobreviveram apenas sete pessoas.

Reduzidos a um único núcleo familiar, os jumas vivem o fim da sua etnia enquanto Mandeí se dedica a proteger outras tradições. ←